

Populismo, Governabilidade e Opinião Pública: uma análise da influência das mídias digitais no processo decisório presidencial¹

Ariane D. Seleglim²
Aiane de O. Vieira³

163

Resumo: Após uma campanha eleitoral ambientada, majoritariamente, nas mídias digitais e pautada em uma retórica populista de direita, Jair Bolsonaro assumiu a Presidência da República do Brasil em janeiro de 2019. Enquanto chefe do Executivo Federal, Bolsonaro tem adotado uma estratégia governista que aposta na tomada de decisão por meio de decretos presidenciais e em um diálogo com seus apoiadores por meio das mídias digitais. Com base nesse cenário, o presente estudo parte da hipótese que o governo Bolsonaro usa as plataformas digitais como “termômetro” do processo de tomada de decisão. Para tanto, usamos como estratégia metodológica, a análise de sentimento em redes sociais para medir a opinião pública em torno dos decretos com maior repercussão nos primeiros seis meses de governo. Concluímos que, quanto maior a repercussão nas redes sociais e quanto maior a polarização no meio social, maior será a atenção dada pelo governo àquele assunto.

Palavras-chave: Decretos Presidenciais; Mídias Digitais; Opinião Pública; Processo Decisório.

¹ Trabalho apresentado no II Seminário Internacional de Comunicação, Democracia e Governo na América Latina. Eixo Temático: Comunicação Política e Estratégias Governamentais.

² Bacharel em Direito (UNESP), Mestre em Ciência Política (UFSCar), Doutoranda em Ciência Política (UFSCar), Analista Legislativa na Câmara Municipal de São Carlos.

³ Bacharel em Relações Internacionais (PUC-GO), Mestre em Comunicação (College of New Rochelle, EUA), Mestre em Ciência Política (UFG), Doutoranda em Ciência Política (UFSCar), Coordenadora de Cursos Técnicos de Nível Médio na Fundação Antares de Ensino Superior, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (FAESPE).

1. Introdução

Acompanhando a conjuntura política internacional, após uma campanha eleitoral ambientada, majoritariamente, nas mídias digitais e pautada em uma retórica populista de direita (Lowy, 2015; Muller, 2016; Greven, 2016; Gridon, 2017; Norris & Inglehart, 2019), Jair Bolsonaro assumiu a Presidência da República do Brasil em janeiro de 2019 deixando a posição anti-establishment, assumida enquanto candidato, para tornar-se ator de liderança no establishment político brasileiro.

Sua campanha foi construída sob a marca antielitista, anticorrupção, anti-establishment, anti-pluralista, defensora dos valores morais e do neoliberalismo econômico - elementos característicos do populismo de direita em ascensão nas principais democracias do mundo (Codato; Bolognesi; Roeder, 2015; Muller, 2016; Norris & Inglehart, 2019). As falas e ações do então candidato, em meio à polarização político-ideológica, ganharam repercussão tanto positiva quanto negativa. Cenário este que, aparentemente, não mudou desde que assumiu a Presidência.

Enquanto chefe do Executivo Federal, Bolsonaro tem adotado a mesma retórica populista e personalista do período eleitoral e parece desconsiderar as regras do jogo político inerentes ao presidencialismo de coalizão (Abranches, 2019). Com o intuito de cumprir promessas de campanha, ou mesmo de promover medidas governamentais em demasiado polêmicas, sem o respaldo do Congresso Nacional, a estratégia governista aposta na tomada de decisão por meio de decretos presidenciais.

Dessa forma, conforme reivindica Abranches (2019), o governo Bolsonaro, recusa “o enquadramento institucional do presidencialismo de coalizão”, colocando em risco a governabilidade; impõe sua vontade política sobre temas controversos, através da edição de decretos que não dependem de aprovação dos parlamentares e, com isso, alimenta uma polarização política que migra do âmbito partidário para o campo afetivo⁴.

⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/06/presidencialismo-sob-bolsonaro-e-disfuncional-diz-sergio-abranches.shtml>. Acesso 01 de agosto de 2019.

Se no âmbito institucional o governo parece enfrentar dificuldades de estabelecimento de uma agenda que atenda às reais necessidades do país, que ainda enfrenta as feridas deixadas pelo processo de impeachment, no âmbito da opinião pública a polarização político-ideológica ainda divide opiniões e coloca apoiadores e críticos ao governo em dois grupos distintos. Aparentemente caminhamos da disputa petistas versus antipetistas (Ribeiro, Carreirão & Borba, 2016; Borges & Vidigal, 2018; Samuels & Zucco, 2018; Casalecchi, Pereira & Vieira, 2019) para o embate entre bolsonaristas e não-bolsonaristas, o “nós” contra “eles”. E, o governo, por conseguinte, parece se (retro) alimentar dessa dinâmica.

Para Abranches (2019) deixamos a polarização PT - PSDB e passamos a ter um governo que rompe com ambas as posições políticas e ideológicas, que tenta impor uma agenda antagônica e delimita tal posição com o tratamento de questões de divergência absoluta na sociedade, principalmente as mais sensíveis à interpretação ideológica, tais como: direitos humanos, liberdade de expressão, educação, ciência, cultura, meio ambiente, minorias, limitação de posse e porte de armas e aborto⁵.

Os efeitos da polarização “afetiva” e o debate acerca desses temas tornam-se mais perceptíveis nas plataformas digitais. É na tentativa de verificar tais impressões que o presente artigo caminha. Partimos da hipótese de que o governo lança mão das plataformas digitais como “termômetro” do processo de tomada de decisão. De forma mais específica, consideramos que, o governo usa a comunicação política em ambientes digitais para medir a opinião pública acerca dos diversos temas que compõem a agenda presidencial. Buscamos, portanto, compreender se o governo testa os limites para sua tomada de decisões, pelo menos as mais polêmicas, nas redes sociais na Internet.

O objetivo é averiguar a existência de uma possível conexão entre as instituições políticas, onde ocorrem os processos de tomada de decisões políticas, e a comunicação política, na medida em que o governo conta com a resposta da opinião pública, no atual cenário, mais notadamente nas redes, para confirmar ou rejeitar uma possível decisão política governamental.

⁵ Disponível em: <https://sergioabranches.com.br/politica/330-presidencialismo-mutante>. Acesso 01 de agosto de 2019.

Nota-se que em contexto de práticas populistas e personalistas, a estratégia do governo Bolsonaro não se limita a avaliar as tomadas de decisões a partir da perspectiva de aprovação das decisões pelo eleitorado. Ao contrário: a estratégia é tratar de assuntos polêmicos, que provocam reações de aprovação de seu eleitorado e, ao mesmo tempo, provocam reações de desaprovação dos seus opositores. Assim, o governo delimita sua posição ideológica e alimenta a polarização do “nós” contra “eles” que o elegeu.

Para testar a hipótese usamos como unidade de análise os decretos presidenciais emitidos pelo Presidente Jair Bolsonaro nos seus seis primeiros meses de governo. Primeiramente analisamos o conteúdo de todos os decretos assinados pelo Presidente entre 01 de janeiro e 30 de junho de 2019 e, a partir destes, selecionamos aqueles que ganharam maior repercussão frente à opinião pública. A partir das palavras-chaves do texto de cada buscamos na rede social Twitter as principais hashtags e/ou termos ligados aos temas selecionados tentando incluir os diversos grupos que compreendem a opinião pública brasileira. Selecionadas as hashtags e/ou termos, coletamos os tweets de maior repercussão na plataforma para compor a base de dados. Por fim, para medir a opinião do público em torno dos temas selecionados optamos pela análise de sentimentos em mídias digitais, em que, utilizando análise de conteúdo, classificamos os posts em positivo, negativo ou neutro.

Os resultados mostram que a estratégia adotada pelo governo Bolsonaro tem sido bem-sucedida: dentre os temas analisados, é evidente a grande polarização. As reações de aprovação ou desaprovação são consideráveis e suficientes para comprovar a hipótese aqui aventada: o governo mede a polarização da sociedade sobre os temas, e, quanto mais reações (de aprovação ou desaprovação) são provocadas, mais o governo se dedica àquele tema, via decreto presidencial.

2. O contexto político e o debate sobre Política e Internet⁶

O Brasil, a partir de 2012, parece ter naufragado em uma verdadeira crise política, social, econômica e institucional, a qual afetou a opinião pública quanto ao funcionamento das instituições e o comportamento dos atores políticos - no âmbito do executivo, legislativo, judiciário e, mais notadamente, na imagem dos partidos políticos - e, conseqüentemente, provocou questionamentos quanto à qualidade e confiabilidade no funcionamento da democracia no país. A insatisfação, por conseguinte, contribuiu para a emergência de atores políticos com discursos extremistas e alinhados àquilo que a literatura tem chamado de “nova” ou “extrema” direita (Codato, Bolognesi & Roeder, 2015; Muller, 2016; Norris & Inglehart, 2019).

No Brasil, a direita radical nasceu a partir da acirrada campanha eleitoral de 2014. A conjuntura política dos últimos quatro anos – da reeleição de Dilma Rousseff, passando pelo processo de impeachment, o governo “tampão” de Michel Temer e as eleições de 2018 - feriu a imagem do governo, das instituições e, principalmente, das bandeiras partidárias, dividiu brasileiros e brasileiras em grupos ideológicos distintos (Braga & Casalecchi, 2016; Borges & Vidigal, 2018) e estimulou o surgimento de uma “nova” direita. Foi nesse cenário que ascendeu a figura do presidente Jair Bolsonaro. Com um discurso autoritário, conservador e anti-establishment (Huntington, 1991), Bolsonaro conseguiu captar a descrença do cidadão brasileiro em torno do sistema político e aglomerar não apenas milhões de seguidores por meio, principalmente, das mídias digitais, mas também os mais diversos grupos de interesse em torno de sua candidatura.

As mídias digitais foram o principal instrumento de campanha de Jair Bolsonaro e, aparentemente, elas continuam sendo preeminentes na comunicação entre o Presidente e a opinião pública, especialmente, seus apoiadores.

O uso das mídias digitais está imprimindo novas formatações ao processo político, tanto do ponto de vista do cidadão/eleitor quanto dos atores políticos. As ciberfacilidades podem, por um lado, promover a participação política e diminuir

⁶ As discussões acerca do contexto político que contribuiu com a eleição do Presidente Jair Bolsonaro, bem como o debate acerca das mídias digitais apresentadas neste item compõem o texto da tese de doutorado de uma das autoras. VIEIRA, A. O. **A nova direita brasileira: um estudo do mercado político no pós-impeachment**. A ser defendida em março/2020, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos.

as distâncias entre sociedade civil e elites políticas, mas por outro, podem promover discursos de ódio e violência. A influência das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação no processo político é, portanto, multifacetada e pode ir do polo positivo ao negativo.

Penteado et al (2011) explicam que o consumo de informação em ambientes online reflete no posicionamento e no comportamento dos eleitores, pois funcionam como “atalhos informacionais, pelos quais os cidadãos comuns, que geralmente não têm muito conhecimento sobre temas políticos, possam conseguir interpretar a realidade política e orientar suas práticas” (p.116). Dessa forma, as ciberfacilidades contribuem com a ampliação do debate político e incentivam a participação política - ciberativismo positivo - e, ao mesmo tempo, alimentam comportamentos negativos que podem conduzir o usuário para vias antidemocráticas - ciberativismo negativo (Rosanvalon, 2008). O ciberativismo é, assim, classificado como: ativismo digital útil e ativismo digital preguiçoso (Lima, 2012) ou “ativismo de sofá”.

168

No período eleitoral, o ciberativismo negativo esteve no cerne do debate sobre Política e Internet, uma vez que a disseminação de discursos de ódio na rede, alimentados pela polarização político-ideológica, exerceram forte peso no processo eleitoral. Os resultados eleitorais, todavia, não colocaram fim ao embate político-ideológico, especialmente nas redes. O conteúdo dos debates, no entanto, passou a se alimentar das pautas que compõem a agenda do governo, especialmente os temas mais polêmicos que dividem a opinião pública.

O governo, por sua vez, buscando trazer a agenda da campanha para a agenda do governo precisa adotar estratégias governistas e de comunicação política. Diante das dificuldades inerentes à aprovação de uma agenda que inclui temas que polarizam a sociedade, o Presidente optou pela imposição de suas preferências através da edição de Decretos Presidenciais.

Nos decretos, o Presidente extrapola suas atribuições legislativas (Abranches, 2019) e trata de temas tão complexos, que a própria Constituição Federal faz reserva ao tratamento desses temas às leis, com a submissão da temática aos debates e votação pelo Congresso Nacional. Nota-se: a Constituição Federal prevê a possibilidade de edição de decretos pelo Presidente da República,

entretanto, atribui a esse instituto a função de regulamentar uma lei já existente, complementando à lei naquilo que à falta, para que seja possível sua fiel execução (Di Pietro, 2005).

A estratégia para implementar a agenda Bolsonaro de governo inclui, em sua pauta, a exclusão do Congresso Nacional dos debates, sempre que isso for possível. Nas palavras de Abranches (2019) Bolsonaro “prefere governar como presidente minoritário e sem coalizão, negociando maiorias causais e apelando à sua - declinante - base social para pressionar o Congresso.”

Nesse aspecto, Muller (2016) explica que governos populistas apresentam algumas características principais: tentativa de desestabilizar o sistema político; corrupção; “clientelismo de massa”, o qual refere-se a troca de favores pelo apoio político do povo; e tentativas de conter a sociedade civil. No entanto, esses elementos parecem não ganhar repercussão e manchar a imagem do governo frente aos seus apoiadores, pois, eles se posicionam como os únicos representantes do povo. Nas palavras do autor “aos olhos dos seus seguidores, ‘eles estão fazendo isso por nós’, o povo verdadeiro”³ (Muller, 2016, p. 4).

Se “aos olhos dos seus seguidores” os fins justificam os meios, o que aqueles que não apoiam o governo pensam a respeito do modelo de governabilidade estabelecido pelo governo Bolsonaro. Resta, assim, saber se o ativismo digital continua sendo tão negativo quanto no período eleitoral, ou se, de certa forma, pode trazer efeitos positivos para a democracia brasileira. É nesse sentido que o estudo empírico caminha.

3. Estratégias Metodológicas

Como exposto na parte introdutória deste texto, partimos da hipótese que a alta repercussão - seja ela favorável, contrária ou até mesmo neutra - dos temas polêmicos nas postagens do governo Bolsonaro nas redes sociais servem como uma espécie de “termômetro” para a tomada de decisão política governamental. Acreditamos que isso acontece ainda que a repercussão seja contrária à medida pretendida pelo governo, justamente por servirem para provocar o acirramento da polarização, com a delimitação da posição política e ideológica do governo. Este artigo, trata, portanto, de investigar a possível relação de causalidade, efeito e

explicação entre a variável dependente - a emissão de decretos presidenciais - e a variável independente - alta repercussão de temas considerados polêmicos nas mídias digitais.

Para testar a hipótese usamos como unidade de análise os decretos presidenciais, visto que estes servem ao objetivo proposto na medida em que refletem na tomada de decisões no âmbito do Poder Executivo Federal (Presidente e seus Ministros) e, a princípio, sem a interferência de outros atores políticos na tomada de decisão, uma vez que os parlamentares não atuam como veto players (Tsebelis, 2002) na agenda política governamental via decretos presidenciais.

Para alcançar os objetivos propostos investigamos o primeiro semestre do governo de Jair Bolsonaro (01 de janeiro à 30 de junho de 2019). Optamos por trabalhar com a rede social Twitter, visto que o Presidente usa a plataforma como instrumento de comunicação direta com a sociedade. Como técnicas de pesquisa optamos pela análise de conteúdo dos decretos presidenciais e análise de sentimentos em mídias digitais.

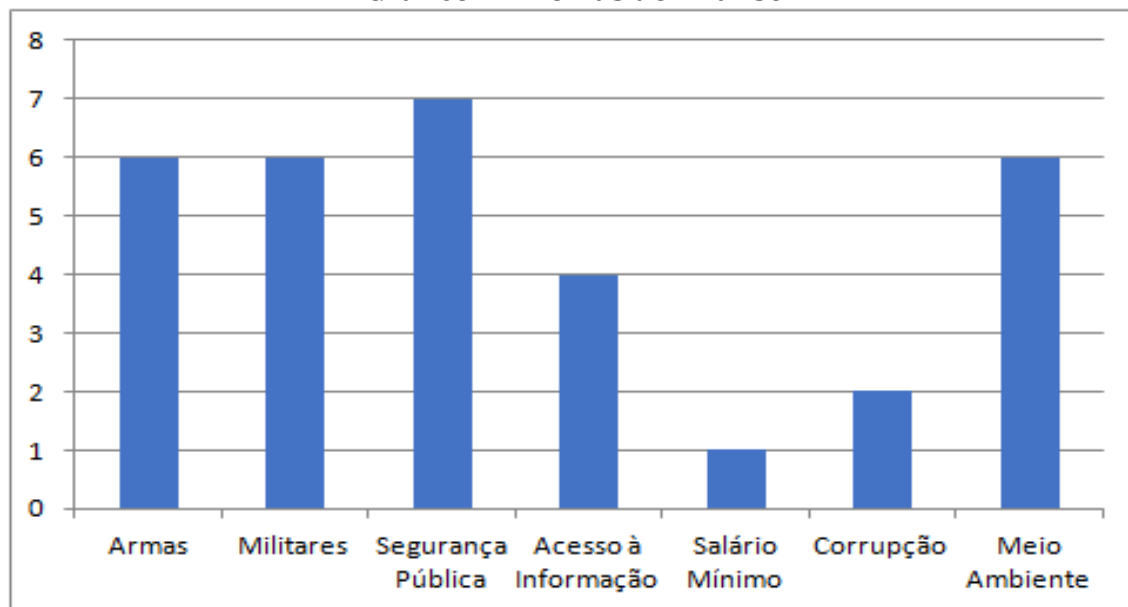
170 De forma mais específica, em um primeiro momento, partindo do website do Palácio do Planalto, onde estão publicados todos os decretos presidenciais de 2019⁷, filtramos os temas contidos nestes e, posteriormente, por meio da análise de conteúdo, selecionamos aqueles temas que ganharam maior repercussão frente à opinião pública. Selecionadas as unidades de análise e identificados os temas abordados nos decretos, fizemos um levantamento das principais hashtags e/ou expressões a fim de capturar as diversas opiniões acerca dos tópicos em debate.

De acordo com o site do Palácio do Planalto, nos primeiros seis meses de governo foram editados 237 decretos pelo Presidente Jair Bolsonaro. Dentre estes, 137 se referem a matérias e atos comuns, inerentes à atividade administrativa do Estado. São nomeações de pessoal para ocupar cargos de confiança e funções gratificadas, execução do orçamento, composição de grupos de trabalho e comissões, entre outros. Encontramos, portanto, 100 decretos presidenciais que contemplam matérias especiais, e merecem destaque nessa pesquisa. Agrupando

⁷ Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/decretos1/2019-decretos>. Acesso: 01 de agosto de 2019.

por temas, e apresentando as matérias que tiveram maior relevância dentre os decretos do Presidente Bolsonaro, temos:

Gráfico 1 – Temas de Análise



Fonte: Elaboração própria.

171

A partir destes temas definimos as hashtags e/ou expressões como mecanismos de busca na plataforma do Twitter. A busca dos tweets foi feita por meio do mecanismo Busca Avançada da própria plataforma, na qual preenchemos os campos hashtags e/ou todas estas palavras, bem como a data (01/01/2019 à 30/06/2019). A tabela 1 apresenta a relação entre os temas, os mecanismos de busca e o volume de dados analisados⁸.

⁸ É importante ponderar que o corpus de análise apresentado neste paper corresponde apenas à uma versão preliminar desta proposta de pesquisa. Há ainda importantes temas abordados nos decretos emitidos pelo Presidente Jair Bolsonaro no espaço temporal aqui selecionado, bem como nos meses seguintes. Todavia, em virtude das agendas de pesquisa e profissionais das autoras que chocaram com a data de submissão deste seminário não foi possível analisarmos todos os temas que mereciam destaque. Desta forma, após as contribuições dos pareceristas do evento, temos a intenção de aprimorar a versão preliminar deste artigo e incorporar temas que aqui não pudemos tratar.

Tabela 1 – Corpus de análise

Tema	Mecanismos de Busca	Tweets analisados
Armas	#portedearmas #PorteDeArmas #armas	181
Exército/Militares	#militar #militares #exército #forçasarmadas #ForçasArmadas	86
Política/Segurança Pública	#Polícia #policia #segurançapublica #SegurançaPública	115
Acesso à Informação	#LeideAcessoàInformação	60
Meio-ambiente	#meioambiente #amazonia	86
Salário Mínimo	#saláriomínimo	91
Corrupção	#coaf (Comitê Interministerial de Combate à Corrupção)	131

Fonte: Elaboração própria

172

Como mostra a Tabela 01, o corpus da análise de redes sociais corresponde à 750 tweets. Os tweets foram coletados diretamente na plataforma do Twitter, conforme os mecanismos de busca acima descritos, e salvos no Microsoft Excel⁹, lidos e categorizados manualmente. Nesta fase optamos pela análise de sentimentos, a qual consiste em classificar os sentimentos da opinião pública manifestados nos textos postados na rede social escolhida em positivo, neutro ou negativo. O uso desta técnica permite-nos, assim, medir o grau de polaridade em torno dos temas em debate e, até mesmo, fazer previsões. Neste artigo usamos as expressões Favorável (para os posicionamentos favoráveis ao governo), Contrários (para os posicionamentos contrários ao governo) e neutro (para aqueles textos que não necessariamente correspondiam a críticas ou apoio ao governo, mas sim, apenas abordavam o tópico).

No que tange às frentes de pesquisa, um texto pode conter diversas opiniões. Conteúdos de redes sociais, por sua vez, tendem a seguir um padrão de

⁹ A intenção inicial das autoras é fazer a análise de sentimentos automatizada, usando o NVivo, no entanto, também em função do tempo, essa análise ficará para uma segunda versão do artigo.

textos curtos que expressam opiniões individuais, especialmente no Twitter que permite entradas de até 280 caracteres. Trabalhamos, assim, com análise a nível de sentença.

Por fim, estabelecemos uma relação causal entre os sentimentos expressos pela opinião pública por meio do Twitter e o processo de tomada de decisão dentro do Poder Executivo Federal. Nessa fase final, fazemos uma comparação entre os sentimentos detectados em torno de cada tema que compõe o corpus de análise e a decisão final do Poder Executivo em torno dos mesmos.

4. Resultados e Discussão

Já nos 10 primeiros dias de governo decisões foram tomadas, da área econômica à diplomacia e política, anunciadas e, após verificar a opinião pública sobre elas, houve recuo do governo¹⁰. Como já apresentado, levantamento do site do Planalto mostra que nos primeiros seis meses de governo foram emitidos 237 decretos, em média 1.3 decretos presidenciais por dia¹¹. Tais números corroboram com a hipótese inicial de que o Governo de Jair Bolsonaro usa a emissão de decretos presidenciais como estratégia governista, visto que esse instrumento não envolve outros atores institucionais, especialmente, a negociação com o Poder Legislativo.

Dentre estes, nos primeiros 100 dias de governo, os decretos que ganharam maior repercussão frente à opinião pública foram aqueles sobre: Porte de armas; Revogação dos Colegiados; Extinção de cargos públicos; Comitê Interministerial de Combate à Corrupção; Mudanças na forma de tratamento de multas ambientais; Política Nacional de Turismo; Política Nacional de Alfabetização; Política Nacional de Drogas; Doação de Bens; e Portal Único.

Outros temas que também ganharam destaque foram: o reajuste do salário mínimo, a mudança do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) do Ministério da Economia para o Ministério da Justiça, a presença mais ativa dos militares em atividades cotidianas, a tentativa de revogação da Lei de Acesso à

¹⁰ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-dez-dias-governo-bolsonaro-coleciona-recuos-desencontros-e-medidas-polemicas,70002673190>. Acesso 01 de agosto de 2019.

¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/29/com-media-de-13-decreto-por-dia-governo-bolsonaro-so-editou-menos-que-collor-em-seis-meses.ghml>. Acesso 01 de agosto de 2019.

Informação, questões de cunho econômico, relações internacionais, meio ambiente, dentre outros.

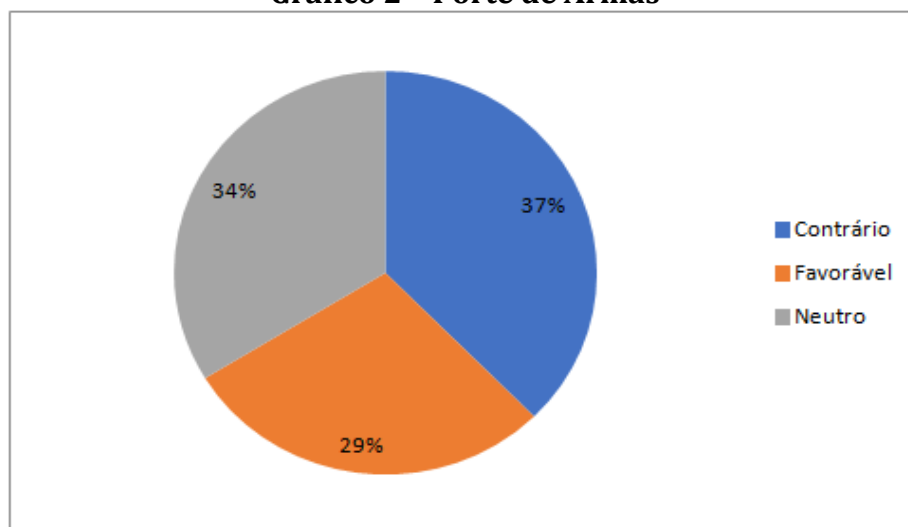
Ao buscarmos os tweets relacionados aos temas dos decretos destacados confirmamos a hipótese: a opinião pública exposta nas redes sociais (Twitter) serve como termômetro para a tomada de decisão presidencial via decreto. E isso não se limita a busca por aprovação popular de medidas políticas que encontrariam óbices para a aprovação pelo Poder Legislativo. Vai além: a edição de Decretos pelo Presidente da República, abordando conteúdos polêmicos é utilizado como estratégia para acirramento da polarização.

Nesse sentido, a partir dos temas selecionados para esta pesquisa, expostos no Gráfico 1, bem como na Tabela 1, resultados interessantes foram encontrados.

Sobre o tema da flexibilização do porte de armas, foram analisados 181 tweets, dos quais 68 (37%) posicionaram-se contrários à flexibilização, 52 (29%) favoráveis e 61 (34%) demonstraram-se neutros:

174

Gráfico 2 – Porte de Armas



Fonte: Elaboração própria.

O tema das armas tem estado presente tanto na agenda do governo, quanto da mídia e do público e divide opiniões em todos os setores da sociedade brasileira. Prova disso é que o decreto vem sendo reeditado e a última edição apenas entrou em vigor no dia 07 de maio de 2019. Todavia, mesmo após várias mudanças, o partido Rede de Sustentabilidade entrou com ação junto ao Supremo

Tribunal Federal alegando inconstitucionalidade em sua emissão. O STF, em resposta à ação, solicitou que o Presidente Jair Bolsonaro e o Ministro da Justiça Sérgio Moro apresentassem uma resposta quanto à decisão do Executivo¹². O tema está ainda em discussão e o último decreto foi emitido no dia 30 de setembro¹³.

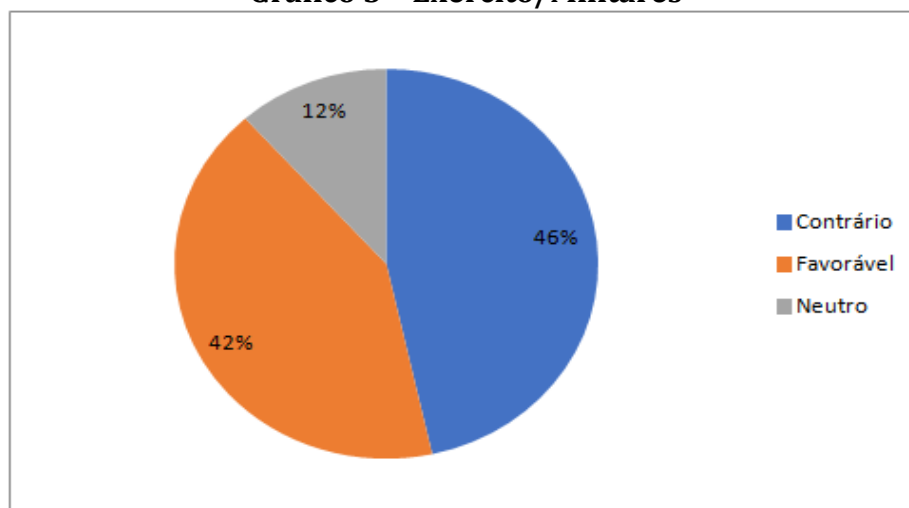
Interessante notar que, a partir da amostra da opinião pública extraída do Twitter, sobre o tema da flexibilização do porte de armas, o resultado encontrado é de que não há qualquer consenso sobre o tema. Conforme bem demonstra o gráfico de pizza, as posições são bem divididas. Daí podemos inferir que a edição de diversos decretos sobre o tema pode refletir a estratégia do Presidente de acirramento da polarização da sociedade.

No que tange os decretos que dão maior notoriedade e autonomia aos militares no âmbito da administração pública, observamos 86 tweets. Destes 40 (46%) registraram posições contrárias ao papel dos militares na sociedade brasileira, 36 (42%) favoráveis e apenas 10 (12%) mostraram-se neutros.

¹² Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/governo-tem-ate-quarta-feira-para-explicar-ao-stf-decreto-do-porte-de-armas-23678202>. Acesso: 06 de outubro de 2019.

¹³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/decreto-de-bolsonaro-facilita-posse-de-arma-para-policiais-militares-23991023>. Acesso: 06 de outubro de 2019.

Gráfico 3 – Exército/Militares



Fonte: Elaboração própria

Os tweets favoráveis aos militares e a maior intervenção das forças armadas demonstram aquilo que os dados do Latino Barômetro¹⁴ (2018) mostraram: os brasileiros demonstram mais confiança nas Forças Armadas (58%), na Polícia (47%) e no Poder Judiciário (33%) do que em atores políticos - Poder Legislativo (12%), Governo (7%), Partidos Políticos (6%) - e no processo eleitoral (26%). Isso pode ser explicado pela existência de um certo “saudosismo” do período militar (Lowy, 2005), reflexos de uma cultura política autoritária presente na história política brasileira (Moises, 2008)¹⁵.

As manifestações contrárias aos militares, em sua grande maioria, foram resposta de parcela da sociedade civil ao episódio da prisão do militar da Aeronáutica que acompanhava a comitiva do Presidente Jair Bolsonaro no G20, e durante a inspeção de bagagem, a Guarda Civil espanhola encontrou 39 quilos de cocaína.

Mais uma vez, os dados coletados e analisados nesta pesquisa demonstram a estratégia do acirramento da polarização utilizada pelo Presidente, para a edição de seus decretos: aproveitando que metade da população tem muita confiança nas forças armadas, o Presidente aumentou poderes e autonomias das Forças Armadas, a despeito do fato de que a outra metade da população se manifestou

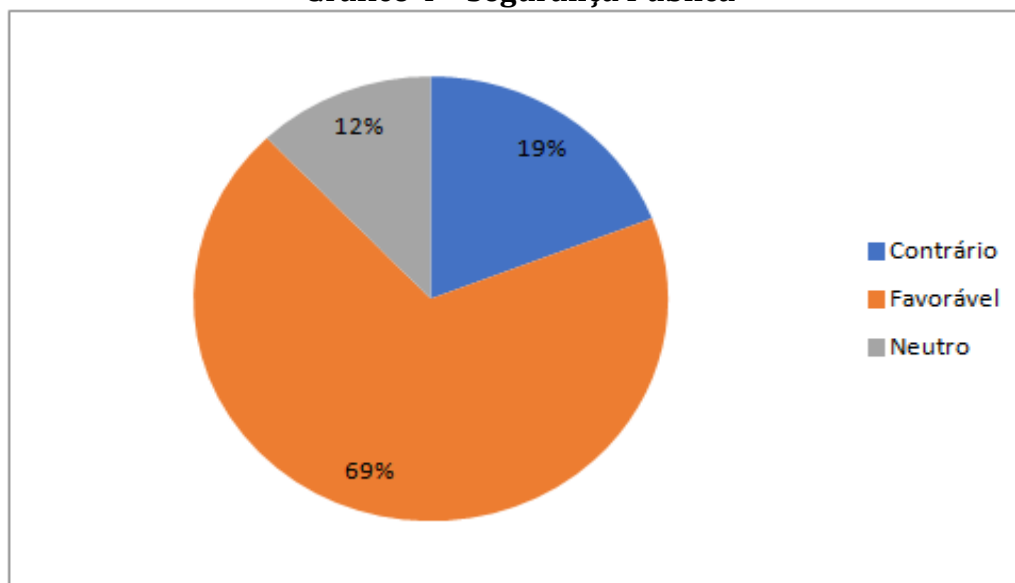
¹⁴ Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latNewsShow.jsp> Acesso: 13 de fevereiro de 2019.

¹⁵ A discussão acerca do saudosismo militar e da cultura política autoritária também compõem o texto da tese de doutorado da autora Aiane de Oliveira Vieira.

contrariamente à instituição, diante do episódio de tráfico de drogas em aeronave militar.

Sobre o do tema da Segurança Pública, analisamos 115 tweets. Entre estes, identificamos 79 (69%) posicionamentos favoráveis ao governo, 22 contrários (19%) e 14 neutros (12%).

Gráfico 4 – Segurança Pública



Fonte: Elaboração própria.

Nesse ponto, interessante apontar para a opinião pública contrária ao tema da segurança. Em tempos de criminalidade alta, seria natural que a opinião pública fosse favorável a medidas políticas no sentido de fortalecimento da segurança pública em geral (mais policiamento nas ruas, mais investimentos em infraestrutura e inteligência para as operações policiais).

Entretanto, num contexto de governo de extrema direita, e acirramento da polarização da sociedade, muitas vezes, a ampliação da atuação policial se traduz em ações truculentas. Diversas manifestações contrárias obtidas dos *tweets* analisados sobre o tema segurança pública se referem a críticas com relação às operações policiais violentas nas favelas do Rio de Janeiro.

A polarização da sociedade, o “nós contra eles” fica, ainda, mais em evidência quando analisamos a temática da opinião pública contrária ou favorável à segurança pública. Os Direitos Humanos convivem atrelados às reivindicações de

quem se manifesta contrariamente às ações policiais truculentas. Por outro lado, os altos índices de criminalidade imputados à “bandidagem” servem de argumentos para aqueles que se manifestam favoráveis.

O tema Acesso “à Informação refere-se à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que regulamenta o acesso a informações públicas¹⁶. Desde a edição desta lei, atores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nas esferas municipais, estaduais e federal, bem como os Tribunais de Conta, o Ministério Público e entidades privadas sem fins lucrativos devem publicar informações referentes à utilização de recursos públicos.

O decreto assinado pelo Vice-presidente General Hamilton Mourão, enquanto presidente interino, promoveu alterações na lei, ampliando o grau de classificação de documentos sigilosos. O decreto ganhou repercussão negativa frente à opinião pública.

Dos 60 *tweets* analisados, apenas um apresentou posicionamento favorável à decisão do vice-presidente. A pressão da opinião pública fez com o que o Poder Legislativo interviesse e o decreto foi revogado pelo Presidente Jair Bolsonaro. Como mostra o *tweet* do site *O Sul* de 27 de fevereiro: “Após derrota na #Câmara dos Deputados, o #Governo revogou o #Decreto que mudava as regras sobre o sigilo de documentos”.

O debate acerca do salário mínimo, por sua vez, deve-se ao aumento de R\$ 44, valor este diferente daquele previsto no orçamento, que previa R\$1.006. Dessa forma, o valor salário mínimo em 2019 foi fixado em R\$ 998 reais. Os R\$ 8 da diferença do ajuste representou uma economia de R\$ 2,43 bilhões aos cofres públicos¹⁷.

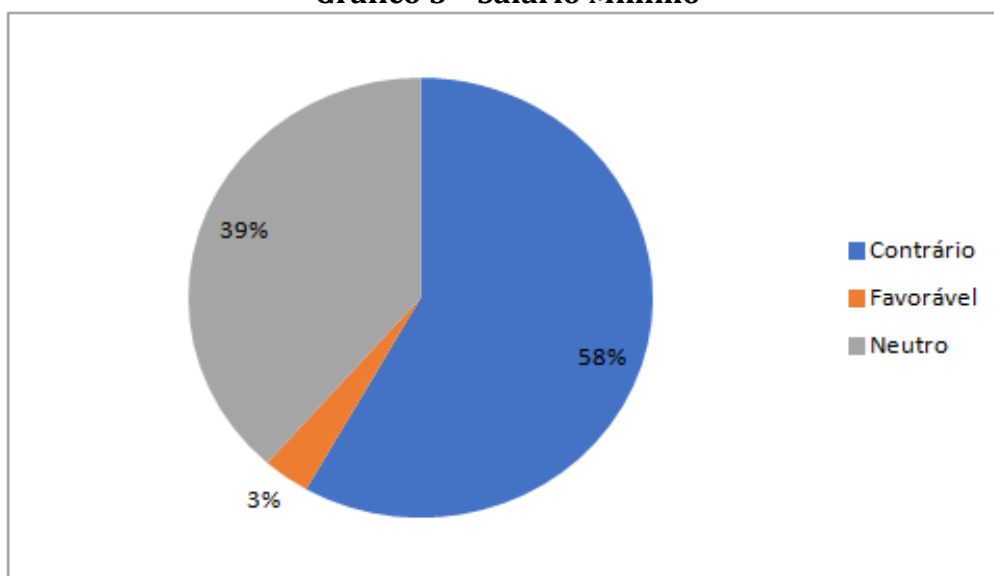
Embora a repercussão da questão salarial tenha também gerado publicidade negativa para o governo, o Presidente Bolsonaro e sua equipe econômica não voltaram atrás na decisão quanto à fixação do valor do salário mínimo.

¹⁶ Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/a-lei-de-acesso-a-informacao>. Acesso: 06 de outubro de 2019.

¹⁷ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/república/como-r-8-a-menos-no-salario-minimo-viraram-r-24-bilhoes-no-cofre-do-governo-30d4ogsk70hw3xp0z2kaofbrq/>. Acesso: 06 de outubro de 2019.

Dos 91 *tweets* analisados, 53 (58%) registraram posições contrárias à decisão do governo e apenas 3 (3%) favoráveis. É importante ressaltar que 35 *tweets*, o que se refere à 39% do conteúdo analisado, foram classificados como neutros. Isso deve-se ao fato de que foram descartados aqueles *tweets* que não se referiam ao Brasil e ao fato de que muitos eram reportagens, memes, esclarecimentos ou convites para participação pública.

Gráfico 5 – Salário Mínimo

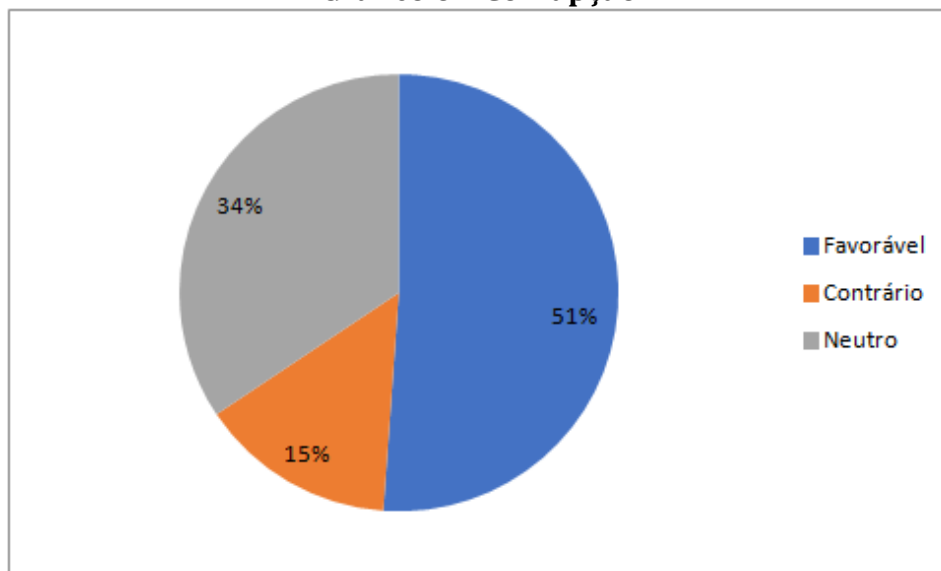


Fonte: Elaboração própria.

No tema corrupção observamos dois aspectos: a discussão em torno do Conselho de Controle de Análises Financeiras (COAF) e a criação do Comitê Interministerial de Combate à Corrupção. No primeiro caso, o governo tentou, por meio de um decreto, transferir a gerência do COAF do Ministério da Economia para o Ministério da Justiça, sob a supervisão de Sérgio Moro. A medida fazia parte do pacote de políticas de combate à corrupção. No entanto, o Poder Legislativo também interveio nesta decisão e o decreto foi derrubado no Congresso. O segundo elemento de análise foi a criação do Comitê Interministerial de Combate à Corrupção, uma espécie de resposta do governo à derrota na questão do COAF e uma tentativa de contornar o problema, visto que o combate à corrupção é um tema que gera repercussão positiva para o governo frente à opinião pública.

Dos 131 *tweets* analisados, 67 eram favoráveis (51%), 45 neutros (34%) e apenas 19 contrários (15%).

Gráfico 6 – Corrupção



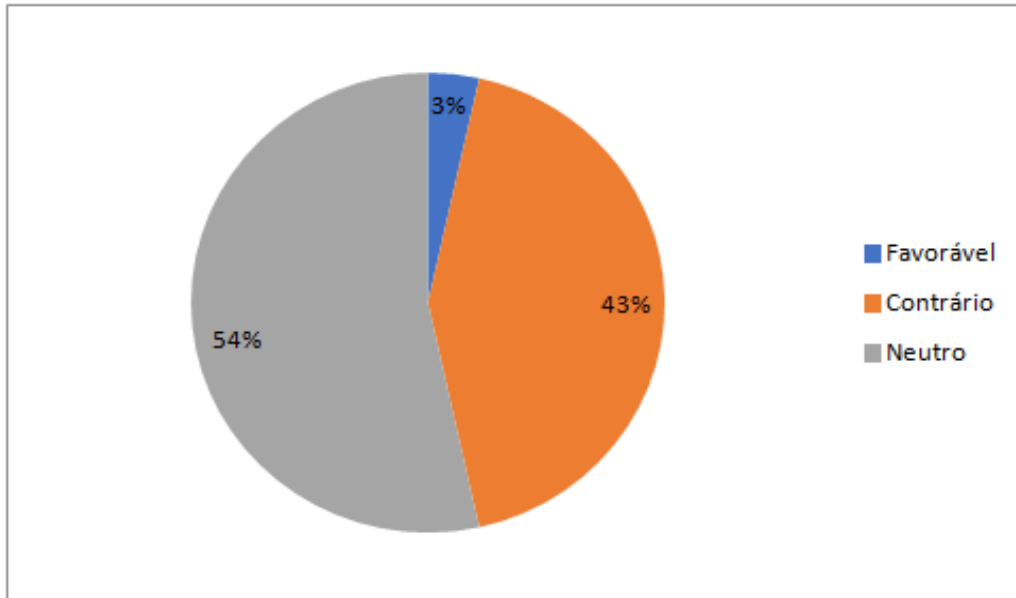
Fonte: Elaboração própria.

180

Por fim, a questão ambiental tomou conta da agenda do governo, da mídia e do público nos últimos meses, especialmente em virtude das queimadas na Amazônia, do posicionamento de líderes mundiais contrários ao governo de Jair Bolsonaro e ao discurso do Presidente brasileiro na Assembleia Geral da ONU, no último mês de setembro. Todavia, a questão das queimadas na Amazônia nos dois últimos meses não compôs o *corpus* desta análise, o que explica o número relativamente baixo de *tweets* analisados (86). Além disso, não incluímos mecanismos de busca específicos sobre o desastre ambiental de Brumadinho, ocorrido em janeiro deste ano, em Minas Gerais. O tema ganhou grande visibilidade na mídia tradicional e nas redes, todavia, percebemos que grande parte do conteúdo não dizia respeito ao desenho desta pesquisa. Portanto, reduzimos a busca apenas ao tema meio ambiente e à Amazônia.

Dessa forma, encontramos 37 *tweets* (43%) contrários ao posicionamento do governo, 46 neutros (54%) e apenas 3 favoráveis (3%). Novamente o índice de neutralidade chama atenção.

Gráfico 7 – Meio Ambiente



Fonte: Elaboração própria.

181 É importante, assim, ressaltar que, primeiramente, foram descartados *tweets* que, embora usassem as *hashtags* selecionadas, o conteúdo não estava vinculado aos temas em análise. Em segundo lugar, os *posts* classificados como neutros referem-se à propagandas, reportagens e críticas ao desmatamento, de forma geral, mas não necessariamente ao governo. Embora muitos *tweets* tenham sido classificados como neutros, ficou perceptível que a tentativa dos usuários foi trazer o tema da preservação ambiental para a pauta, o que demonstra uma crítica subliminar aos posicionamentos do governo.

5. Considerações Finais

A análise apresentada permite-nos confirmar a hipótese apresentada. Em primeiro lugar, a emissão de decretos sobre temas polêmicos, que polarizam a sociedade, é parte da estratégia de governo do Presidente Jair Bolsonaro. Em segundo lugar, embora, nem todos os temas analisados resultaram na revogação dos decretos presidenciais, é perceptível que as plataformas digitais são usadas como instrumento para medir o posicionamento da opinião pública, especialmente de temas que compõem a agenda do Executivo. De forma macro, as mídias digitais são um termômetro entre a opinião pública e a tomada de decisão do Poder

Executivo. Já no que tange pontos específicos, é possível observar diferentes elementos.

Os decretos acerca da flexibilização do porte de armas, por si só, já são objetos suficientes para a conclusão, confirmando a hipótese aqui explorada: quanto mais repercussão nas redes sociais, quanto mais polarização causar no meio social, maior será a atenção dada pelo governo àquele assunto. Até o dia 26 de junho de 2017, o Presidente já tinha editado 7 (sete) decretos que tratam do tema de porte e posse de armas. Nesse contexto, tratou inclusive de deixar brecha para a possibilidade de compra de fuzis, arma até então reservada para uso do exército.¹⁸

Quanto ao papel das Forças Armadas na sociedade, como demonstrado, há um aparente “saudosismo do período militar” (Lowy, 2005), identificado como um elemento proveniente de uma cultura política autoritária presente ao longo da nossa história (Moises, 2008). Embora a redemocratização tenha completado três décadas, a transição democrática brasileira foi um processo negociado que proporcionou que a elite política, composta majoritariamente por militares, mantivessem seus benefícios e nem mesmo fossem julgados pelos crimes cometidos durante a ditadura (Zaverucha, 2005; O’Donnel, 1989). Esta dinâmica, conseqüentemente, refletiu na formação institucional (Weffort, 1992) e permitiu que estes atores políticos exerçam funções políticas, o que, no âmbito da opinião pública, ainda divide opiniões quanto ao papel que estes atores exercem no cenário político.

Sobre o tema da segurança pública, ainda que grande parte da população tenha se manifestado favoravelmente ao governo, interessante notar que há parcela relevante que se manifesta de forma contrária, demonstrando a eficácia da estratégia de acirramento da polarização da sociedade.

A Lei de Acesso à Informação, por outro lado, é certamente o tema em que ficou mais evidente o poder da opinião pública e das atividades de ciberativismo. A repercussão negativa do decreto emitido pelo vice-presidente Hamilton Mourão mobilizou o Poder Legislativo, o que acabou forçando o Executivo a derrubar o

¹⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-edita-setimo-decreto-das-armas-mantem-brecha-para-compra-de-fuzil-23764723>

decreto. Já o debate acerca do salário mínimo teve um efeito reverso, visto que a política econômica do governo parece estar decidida a tomar medidas impopulares para tentar reverter a crise econômica.

O tema meio ambiente, por conseguinte, é certamente um dos temas mais controversos no momento. O posicionamento de líderes mundiais em contraposição às políticas do governo Bolsonaro são controversas e merecem uma análise mais aprofundada, que inclua os diversos interesses em jogo.

Como já apresentado, os resultados aqui expostos são uma versão preliminar desta proposta de pesquisa. Nas próximas etapas incluiremos temas que também alcançaram grande visibilidade na agenda do público e da mídia, bem como um tratamento dos dados mais rigoroso, por meio da utilização de *softwares*.

Em suma, buscamos, com este desenho de pesquisa e a breve revisão da literatura aqui apresentada, trazer para o debate a relação entre o ciberativismo - aqui focando na dicotomia entre o ativismo digital útil e o ativismo digital preguiçoso - a comunicação governamental e o processo decisório no âmbito das instituições. A Ciência Política brasileira tende a analisar, separadamente, todos esses elementos - questões institucionais, culturais, opinião pública e comunicação política. No entanto, estes elementos se entrelaçam e seria obsoleto não os levar em consideração.

Referências

BORGES, A. & VIDIGAL, Robert (2018). Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 24, nº 1, jan.-abr.

BRAGA, M. S. & CASALLECHI, G. A. (2016). Vencedores e perdedores nas eleições presidenciais de 2014: o efeito da derrota nas urnas sobre a satisfação e o apoio em relação à democracia no Brasil. *Opinião Pública*, vol.22, n.3, pp.550-568.

CASALECCHI, G.; PEREIRA, B. F. & VIEIRA, Aiane O. (2019). Os Reflexos do antipetismo: Uma análise dos efeitos da polarização política na qualidade da democracia no Brasil. Trabalho apresentado no 5º Workshop sobre Comportamento Político e Opinião Pública, UFG, Goiânia.

CODATO, A.; BOLOGNESI, B. & ROEDER, K.M. (2015). A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: Sebastião Velasco e Cruz; André Kaysel; Gustavo Cotas. (Org.). *Direita, volver! o retorno da*

direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, v., p. 115-143.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella (2005). Direito Administrativo. 18. ed. São Paulo: Atlas.

GREVEN, Thomas (2016). The rise of right-wing populism in Europe and the United States: A comparative perspective. Berlin: Friedrich-Ebert-Stiftung.

GRIDON, N. & HALL, P. A. (2017). The politics of social status: economic and cultural roots of the populist right. The British Journal of Sociology, Vol. 68, Issue S1.

HUNTINGTON, S. (1991) A terceira onda: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática.

LIMA, G. B. (2012) Tipos de ativismo digital e ativismo preguiçoso no mapa cultural. Revista Geminis, volume 3, nº 1.

LOWY, M. (2015). Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 652-664.

MOISÉS, J. A. (2008). Cultura política, instituições e democracia: Lições da experiência brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 23, nº. 66.

184

MULLER, Jan-Werner (2016). What is populism? University of Pennsylvania.

NORRIS, P. & INGLEHART, R. (2019). Cultural Backlash: Trump, Brexit and Authoritarian Populism. Cambridge University Press.

O'DONNELL (1989). El Estado burocrático-autoritario. Buenos Aires, Editorial de Belgrano, 1996. _____. Transiciones, continuidades y algunas paradojas. Cuadernos Políticos, n.56.

PENTEADO, C. et al (2011). Ação política na Internet brasileira. Perspectivas em Ciência da Informação, v.16, n.1, p.111-132.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y. & BORBA, J. (2016). Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. Opinião Pública, vol. 22, nº 3, Campinas, 2016, p. 603-637.

ROSANVALLON, P. (2008). Counter-Democracy. Politics in an Age of Distrust. New York: Cambridge University Press.

SAMUELS, D. & ZUCCO, C (2018). Partisans, anti-partisans and voter behavior in Brazil. Cambridge: Cambridge University Press.

WEFFORT, F. C. (1992) Novas democracias. Quais democracias? In: WEFFORT, F. C. Qual democracia?. São Paulo: Companhia das Letras.

ZAVERUCHA, J. FHC (2005). Forças Armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia. 1999-2002. Rio de Janeiro: Record.

Populism, governability and public opinion: An analysis of the digital media influence in the presidential decision-making process

Abstract: After an electoral campaign mostly set in social media platforms and based on a right-wing populist rhetoric, Jair Bolsonaro assumed Brazil's Presidency in January 2019. As the Federal Executive chief, Bolsonaro has adopted a governist strategy that relies on presidential decrees as a decision-making tool. The president also relies on communicating with his supporters through social media. Taking this two main points, this article assumes that Bolsonaro's government uses social media platforms as a "thermometer" for its decision-making process. In order to prove it, we develop a social media sentiment analysis to measure public opinion position on those decrees that mostly reverberated during Bolsonaro's first six months in power. We concluded that the government gives more attention to the topics that gain more repercussion on social media platforms as well as generates more polarization.

Keywords: Presidential Decrees; Social Media; Public Opinion; Decision Making Process.

Populismo, governabilidade y opinión pública: Un análisis de la influencia de los medios digitales en el proceso de toma de decisiones presidenciales

Resumen: Después de una campaña electoral establecida principalmente en los medios digitales y basada en la retórica populista de derecha, Jair Bolsonaro asumió la Presidencia de la República de Brasil en enero de 2019. Como jefe del Ejecutivo Federal, Bolsonaro adoptó una estrategia gubernamental que se enfoca en toma de decisiones mediante decretos presidenciales y en diálogo con sus partidarios a través de medios digitales. Con base en este escenario, el presente estudio parte de la hipótesis de que el gobierno de Bolsonaro utiliza plataformas digitales como un "termómetro" del proceso de toma de decisiones. Para ello, utilizamos como estrategia metodológica, el análisis de sentimientos en las redes sociales para medir la opinión pública en torno a los decretos con mayor repercusión en los primeros seis meses de gobierno. Llegamos a la conclusión de que mientras mayor es la repercusión en las redes sociales y mayor es la polarización en el entorno social, también es mayor la atención prestada por el gobierno a ese tema.

Palabras clave: Decretos Presidenciales; Medios Digitales; Opinión Pública; Proceso de Toma de Decisiones.